

A cobertura de desastres socioambientais no Brasil na visão de jornalistas¹

Luana Novaes Scatigna²

Cláudia Herte de Moraes³

Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, RS

RESUMO

Este artigo investiga como os jornalistas percebem a cobertura de desastres socioambientais, por meio de um questionário estruturado. A análise dos dados revelou a valorização da função social do jornalismo, da orientação ao público e da atuação junto às vítimas. Os resultados indicam tendências e desafios na prática jornalística frente a eventos de alta complexidade social e ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo ambiental; desastres; mudanças climáticas; jornalistas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado um aumento de desastres socioambientais, como enchentes, rompimentos de barragens, deslizamentos e incêndios florestais, que causam impactos profundos nas esferas humana, ambiental e econômica. Essas situações, que antes eram consideradas exceções, passaram a fazer parte da realidade cotidiana, refletindo a emergência climática, a desigualdade social e a fragilidade das políticas públicas de prevenção.

Nesse contexto, o papel do jornalista se torna cada vez mais desafiador. Mais do que relatar acontecimentos, a atividade jornalística é convocada a contextualizar informações técnicas de maneira acessível, dar visibilidade às populações marginalizadas e cobrar respostas de autoridades e empresas (SANTOS & FRANZONI, 2020). A cobertura jornalística, portanto, vai além da simples notificação de fatos: ela deve ser um instrumento de responsabilização, com a capacidade de influenciar mudanças nas políticas públicas e no comportamento da sociedade. (SCHMITZ, 2011)

O objetivo do trabalho é compreender como os jornalistas percebem os desastres socioambientais no Brasil, relacionando esse debate a questões sobre a prática jornalística.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, divulgação científica, saúde e meio ambiente, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 3 a 5 de julho de 2025

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da UFSM-FW, email: luana.novaes@acad.ufsm.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFSM-FW, email: claudia.moraes@ufsm.br

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Jornalismo Ambiental (JA) constitui uma vertente do jornalismo, situada na interface entre a comunicação e as questões ambientais. Mais do que relatar acontecimentos, essa abordagem busca interpretar e articular informações científicas, políticas e econômicas de maneira clara e acessível. Ao mediar temas complexos, o JA assume um papel formativo, ao mesmo tempo em que contribui para o engajamento da sociedade nas pautas socioambientais (PATEL, 2006).

Embora as pautas ambientais estejam ganhando maior espaço na cobertura midiática, é diante de situações extremas, como desastres naturais ou provocados por ação humana, que essas questões alcançam maior visibilidade. Trigueiro (2005) denomina esse fenômeno como “jornalismo do medo”, caracterizado pela ênfase em acontecimentos que expõem riscos à vida e ao bem-estar da população, como enchentes, escassez de recursos, tragédias ambientais e ameaças climáticas. Esses eventos, por seu potencial de impacto social, econômico e emocional, atendem a critérios clássicos de noticiabilidade, sendo frequentemente priorizados pelas redações (BELMONTE, 2017).

Entre 2003 e 2018, o Governo Federal brasileiro emitiu, em média, cerca de 2 mil decretos por ano reconhecendo situações de emergência ou estado de calamidade pública em municípios do país, conforme dados sistematizados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC). Esse volume expressivo de registros reflete a recorrência e a gravidade dos desastres enfrentados em território nacional (CNM, 2018). Esses números também revelam um cenário no qual os impactos de eventos extremos deixaram de ser pontuais, passando a configurar uma realidade contínua, com implicações diretas na vida de milhões de pessoas e na forma como esses acontecimentos são abordados pela mídia.

Cenários de desastre costumam ser atravessados por elevados níveis de incerteza e instabilidade, o que reforça a relevância do trabalho jornalístico junto à população afetada. Nesses contextos, os profissionais da comunicação são convocados a atuar de forma ativa e ética, contribuindo com a disseminação de alertas, a apuração rigorosa dos fatos e o combate à desinformação, como apontam Santos e Franzoni (2020). Ao cumprir esse papel, o jornalismo fortalece seu compromisso com o interesse público e se consolida como uma ferramenta essencial para o enfrentamento coletivo de crises.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho é qualitativa e tem como base a aplicação de um questionário estruturado a 60 jornalistas brasileiros que atuam em diferentes regiões e segmentos da imprensa. O questionário foi elaborado com questões organizadas segundo a Escala de Likert. Cada resposta foi atribuída a um valor numérico de 1 a 5, sendo 1 correspondente à menor concordância e 5 à maior. Para cada afirmação, a pontuação total foi obtida multiplicando-se o número de respondentes em cada nível da escala pelo valor correspondente, somando-se os resultados. Dessa forma, foi possível obter um índice geral de concordância para cada item do questionário.

Com base nesses índices, as afirmações foram agrupadas por afinidade temática, resultando na construção de categorias analíticas que reúnem percepções semelhantes. As pontuações somadas de cada grupo indicam o grau de valorização atribuído pelos respondentes a cada dimensão analisada. As respostas foram sistematizadas em planilhas eletrônicas, permitindo a identificação de padrões, recorrências e tendências. A escolha dessa metodologia visa compreender, a partir da perspectiva dos próprios profissionais, como o jornalismo tem lidado com eventos de alta complexidade social e ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do questionário foram organizados por eixos temáticos, com base nas categorias avaliadas. A categoria com maior pontuação foi a função social do jornalismo, que obteve 272 pontos, relacionada à valorização da inclusão de informações de utilidade pública nas reportagens. Ainda dentro do mesmo eixo, a orientação ao público sobre como agir em situações de risco totalizou 253 pontos, enquanto a inclusão das experiências das vítimas nas matérias somou 250 pontos (Quadro 1).

Quadro 1. Categorias de respostas e pontuação.

Questão	Categoria	Pontuação
1	Profundidade da cobertura	181
2	Abordagem multidisciplinar	221
3	Base científica e comunicação	197
4	Representação de fontes de poder	183

5	Princípios éticos do jornalismo	229
6	Capacitação técnica	226
7	Comunicação acessível	201
8	Cultura editorial e motivação	136
9	Enfoque humano e inclusivo	250
10	Condições e flexibilidade no trabalho	259
11	Capacitação profissional	225
12	Ética e sensibilidade	147
13	Enfoque humano e representativo	253
14	Função social do jornalismo	272
15	Empatia e ação	255

Fonte: Autores (2025).

No eixo da atuação profissional, a prática multifuncional dos jornalistas, que envolve a realização simultânea de tarefas como apuração, redação, edição e publicação, obteve 259 pontos. O envolvimento direto com as vítimas, entendido como presença no local afetado e comunicação com os atingidos, foi pontuado com 255 pontos, refletindo a frequência atribuída a esse tipo de atuação nas rotinas dos respondentes.

Em relação à formação, a capacitação voltada à cobertura de temas ambientais recebeu 226 pontos, enquanto a preparação específica para coberturas de desastres somou 225 pontos. Esses dados indicam a avaliação dos participantes quanto à existência de preparo técnico voltado a essas temáticas, considerando tanto os conteúdos ambientais quanto às situações emergenciais.

No que se refere aos critérios editoriais, a imparcialidade nas reportagens foi pontuada com 229 pontos, evidenciando a presença dessa diretriz nas coberturas. A integração de diferentes perspectivas nas pautas ambientais, abrangendo dimensões sociais, econômicas e ambientais, obteve 221 pontos. A adequação da linguagem ao público-alvo, relacionada à clareza e acessibilidade do conteúdo, somou 201 pontos.

Outras categorias analisadas apresentaram pontuações intermediárias. O uso de lógicas científicas nas reportagens totalizou 197 pontos. A maneira como autoridades políticas e empresariais são abordadas nas matérias foi pontuada com 183 pontos,

indicando o posicionamento dos respondentes diante da presença desses atores nas narrativas jornalísticas.

As menores pontuações foram atribuídas a práticas relacionadas à rotina de produção. A insistência em realizar entrevistas com fontes em situação emocionalmente vulnerável obteve 147 pontos. A percepção de que as chefias incentivam a inclusão de pautas ambientais nas redações recebeu a menor pontuação do levantamento, com 136 pontos.

De modo geral, os resultados direcionam a percepção de que jornalistas valorizam práticas associadas à função social da área, como a orientação ao público, a inclusão das vítimas nas reportagens e a atuação direta em campo. Esses pontos revelam um compromisso com a utilidade pública e a escuta das populações afetadas. Em contrapartida, as menores pontuações foram atribuídas à formação específica, ao uso de lógicas científicas e ao incentivo das chefias, evidenciando carências estruturais e institucionais que limitam a qualificação e a autonomia profissional nas coberturas de desastres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo da cobertura de desastres no Brasil, a partir da visão dos jornalistas, é possível indicar que tanto as falhas, quanto os pontos positivos que resultaram dos dados da pesquisa são direcionados aos aspectos estruturais, contextuais e também das rotinas e formação dos jornalistas. Neste sentido, os jornalistas compreendem a gravidade dos desastres socioambientais bem como dos desafios para sua cobertura.

Os dados evidenciaram que aspectos como a utilidade pública das informações, a atuação direta em campo e o compromisso com a população atingida são práticas valorizadas pelos jornalistas. Em contraste, questões como a ausência de incentivo institucional e a limitada formação técnica aparecem como fragilidades no cenário da cobertura.

Essas contradições revelam um campo em constante construção, em que o jornalismo busca responder às demandas de uma realidade marcada por crises recorrentes e de alta complexidade. Diante disso, torna-se importante repensar estratégias, rotinas e políticas de formação que fortaleçam a atuação jornalística frente aos desafios impostos pelos desastres socioambientais.

REFERÊNCIAS

BELMONTE, R, V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em:

<<https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>>. Acesso em: 01 mai. 2025.

CNM. Calamidades causadas por desastres afetam os municípios brasileiros. **Conferência Nacional dos Municípios**, 2018.

PATEL, S. Islands of Understanding: environmental journalism in the south pacific. **Pacific Journalism Review**, v. 12, n. 2, p. 148-152, 2006. Disponível em:

<<https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/INFORMIT.268649586813893>>. Acesso em: 01 mai. 2025.

SANTOS, J, F, A; FRANZONI, A, M, B. Os papéis do jornalismo em desastres: uma análise com base na experiência jornalística. **História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la solcha**, v. 10, n. 3, p. 78-107, 2020. Disponível em:

<<https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/470/434>>. Acesso em: 07 mai. 2025.

SCHMITZ, A. A fonte de notícia: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis, **Combook**, 2011.

TRIGUEIRO, A. Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: **Globo**, 2005.